



Tribunal Regional do Trabalho

16.^a Região

Concurso Público Nível Superior

Analista Judiciário

Área: Judiciária

Aplicação: 24/7/2005

Caderno

Aluísio Azevedo

Cargo

8

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Aluísio Azevedo — coincide com o nome que está registrado no cabeçalho de sua folha de rascunho, à direita, e se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **26/7/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília, e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/trt162005.
- II **27 e 28/7/2005** — Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III **26/8/2005** — Resultados finais das provas objetivas e convocação para a prova prática de digitação: Diário Oficial da União e locais mencionados no item I.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 14 do Edital n.º 1/2005 – TRT/16.^a REGIÃO, de 4/3/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Células que dormem

Um dos grandes entraves biológicos à conquista do espaço são as viagens longas demais. Biólogos norte-americanos anunciaram na semana passada os resultados de uma pesquisa que pode resolver esse problema. Eles colocaram ratos em estado de animação suspensa, um tipo de hibernação no qual o organismo passa a funcionar de forma tão lenta que a necessidade de oxigênio das células se reduz drasticamente. A temperatura interna cai e as funções vitais se reduzem a um ritmo mínimo, levando a um estado de sono profundo, semelhante ao coma.

As aplicações dessa técnica em seres humanos prometem revolucionar a medicina em várias frentes. Em tese, seria possível combater o câncer com maior eficiência, fazendo que as células saudáveis vizinhas dos tumores resistam a doses mais altas de radiação. A hibernação pode também ajudar a evitar os danos causados por infartos e derrames cerebrais e a acelerar a cicatrização das feridas em diabéticos, reduzindo os riscos de amputação. Na exploração do espaço, a animação suspensa facilitaria o envio de missões tripuladas a planetas distantes como Júpiter e Saturno. Em viagens como essas, com duração maior do que sete anos, os astronautas passariam boa parte do tempo dormindo. Eles não precisariam de comida nem de água e não se submeteriam ao enorme *stress* psicológico causado pelo interminável confinamento.

Colocar seres humanos para hibernar não é fantasia do cinema. Há registros de dezenas de pessoas que, devido a acidentes, foram congeladas até o ponto de não mais respirar e sobreviveram. Entender a ligação entre esses casos e a técnica de indução à animação suspensa é um dos desafios de biólogos e cientistas contemporâneos.

Veja, 27/4/2005, p.106 (com adaptações).

Com relação às idéias do texto acima e às estruturas gramaticais nele utilizadas, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto trata de uma pesquisa em que o desenvolvimento de uma única técnica inovadora pode servir a dois propósitos distintos: a saúde e as conquistas espaciais.
- 2 O título “**Células que dormem**” é retomado no texto pelas expressões “animação suspensa” (l.5), “hibernação” (l.6) e “ritmo mínimo” (l.9).
- 3 A oração “que a necessidade de oxigênio das células se reduz drasticamente” (l.7-8) expressa uma consequência em relação à oração anterior.

- 4 As expressões verbais “levando” (l.9), “fazendo” (l.14) e “reduzindo” (l.18) podem ser substituídas, respectivamente, pelas estruturas alternativas **o que leva, o que faz e o que reduz**, sem comprometer o sentido das orações em que ocorrem.
- 5 O uso da expressão “Em tese” (l.12-13) indica que a técnica de hibernação ainda se encontra em um nível teórico, sem ter sido testada de fato na cura de doenças crônicas como o câncer.
- 6 Na passagem “resistam a doses mais altas” (l.14-15), a ausência de crase no “a” se deve ao fato de o verbo **resistir** não exigir preposição.
- 7 A palavra “*stress*” (l.24) está destacada, pois trata-se de um estrangeirismo e sua grafia não está registrada de acordo com as normas ortográficas da língua portuguesa.
- 8 Processos de hibernação nunca foram registrados nos seres humanos além dos limites da ficção cinematográfica.

Suponha que um grupo de cientistas deseje enviar os resultados de uma pesquisa para apreciação das instituições patrocinadoras e, para tanto, redija o documento seguinte.

Washington, 23 de abril de 2005.

Do Coordenador do Projeto Hibernação
Ao Sr. Patrocinador

Senhor Patrocinador,

Encaminho a Vossa Senhoria os resultados parciais do Projeto Hibernação desenvolvido por este núcleo de pesquisa para sua devida apreciação.

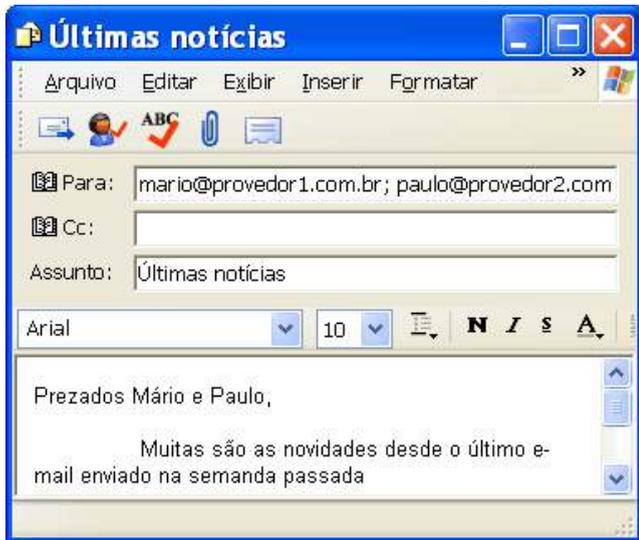
Aguardo manifestação por parte dessa instituição e coloco-me à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cordialmente,

Fulano de Tal

Com relação à correspondência oficial acima, julgue os itens que se seguem.

- 9 O texto é um ofício, tipo de comunicação adequada ao encaminhamento de documentos entre instituições.
- 10 O uso da expressão “Cordialmente” está inadequado, pois o contexto exige um fechamento mais formal.

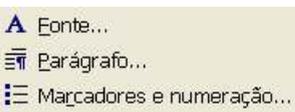


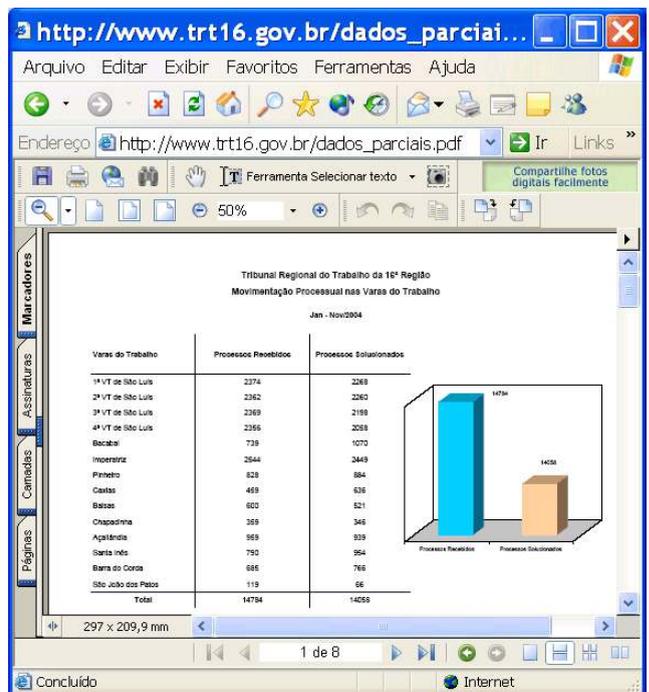
Com relação à janela do Outlook Express 6 (OE6) ilustrada acima, julgue os itens seguintes, considerando que a mensagem de correio eletrônico mostrada na janela esteja em processo de edição, em um computador PC, cujo sistema operacional é o Windows XP Professional.

- 11 Caso o botão  seja clicado, será iniciado processo de envio da mensagem de correio eletrônico que está sendo editada aos destinatários de endereços eletrônicos mario@provedor1.com.br e paulo@provedor2.com.
- 12 O erro de grafia presente em “semamda”, no texto da mensagem de correio eletrônico mostrado, pode ser encontrado com o auxílio do botão .



Julgue os itens a seguir, considerando a figura acima, que mostra parte de uma janela do Word 2000.

- 13 As opções encontradas no menu **Edit** incluem as mostradas a seguir.
- 
- 14 Caso se deseje abrir documento do Word armazenado em disquete ou no disco rígido do computador em uso, é possível fazê-lo por meio de opção encontrada no menu **Arquivo**.
- 15 Por meio de opção encontrada no menu **Ajuda**, é possível pesquisar na Internet páginas *web* relacionadas a determinada palavra selecionada no documento. Para isso, é necessário que o computador em uso tenha uma conexão do tipo ADSL.

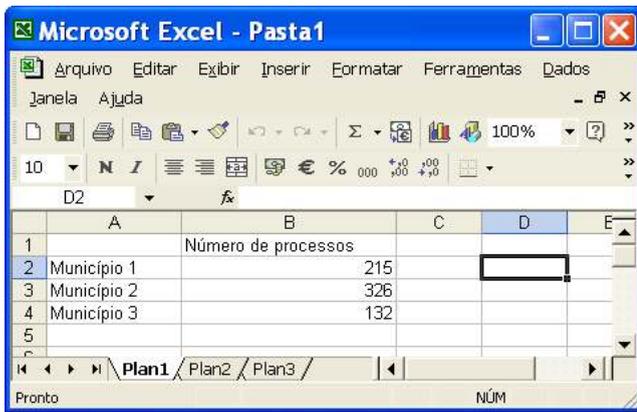


Considere que a janela do Internet Explorer 6 (IE6) ilustrada acima esteja em execução em um computador PC, cujo sistema operacional é o Windows XP Professional. Julgue o próximo item, considerando ainda a página *web* mostrada na janela do IE6.

- 16 Para visualizar o conteúdo da página *web* apresentada que não está sendo mostrado pelo fato de o tamanho da janela do IE6 não estar adequadamente ajustado, o IE6 disponibiliza ao usuário os recursos das barras de rolagem horizontal e vertical e o botão  **Ir**. Caso esse botão seja clicado, será possível ao usuário, ao mover o ponteiro do *mouse* sobre a área de páginas do IE6, posicionar a parte que se deseja visualizar da página *web* que está sendo visitada na região adequada da janela do IE6.

Com relação ao Windows XP Professional, julgue os itens subsequentes.

- 17 Caso haja uma janela do Word 2002, uma do Excel 2002 e uma do PowerPoint 2002 abertas, e a janela do Word esteja em primeiro plano, para se fazer que outra janela passe para o primeiro plano, é suficiente pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl** e, em seguida, pressionar a tecla **Alt**.
- 18 Como atualmente o Microsoft Office XP já é parte integrante do Windows XP Professional, esta versão do Windows não contém o acessório denominado Bloco de notas.



A figura acima mostra uma janela do Excel 2002 contendo uma planilha em processo de edição. Com relação a essa janela e ao Excel 2002, julgue os itens a seguir.

- 19 Para se mover os conteúdos das células A2, A3 e A4 para, respectivamente, as células D3, D4 e D5, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: posicionar o ponteiro do *mouse* sobre o centro célula A2; pressionar e manter pressionado o botão esquerdo do *mouse*; posicionar o ponteiro do *mouse* no centro da célula A4; liberar o botão esquerdo do *mouse*; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **X**; liberar a tecla **Ctrl**; clicar a célula D3; clicar .
- 20 Sabendo que as células A2 e B1 não estão formatadas como negrito, para se aplicar negrito aos conteúdos dessas células, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: clicar a célula A2; clicar **N**; clicar ; clicar a célula B1.

Que o Brasil é um país desigual já se sabe. Mas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou uma nova faceta do problema: em 2002, nove cidades concentravam 25% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Dos 5.600 municípios, 70 respondiam por metade de todos os bens e serviços produzidos no país. Nessas cidades, morava um terço da população brasileira. Em situação inversa, 1.272 cidades contribuía com só 1% do PIB, segundo a inédita publicação **Produto Interno Bruto dos Municípios (1999-2002)**.

As nove cidades com os maiores índices de PIB têm, juntas, apenas 14,7% dos habitantes do país. Segundo especialistas, essa concentração de poder econômico é reflexo direto do nível de industrialização. Os dados mostram que houve pequena desconcentração do PIB municipal. Em 1999, as sete cidades que respondiam por 25% da produção nacional eram capitais. Em 2002, Porto Alegre perdeu posição e cidades como Duque de Caxias – RJ, São José dos Campos – SP e Guarulhos – SP ingressaram no grupo de municípios com maior PIB. Há quem afirme ter ocorrido a “chamada desconcentração concentrada”. Ou seja: as atividades econômicas saem das maiores cidades e migram para locais do interior próximos e com boa rede de infra-estrutura e serviços.

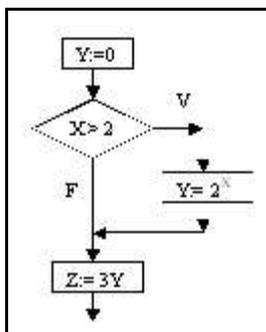
Folha de S. Paulo, 4/5/2005, p. B1 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema que ele focaliza, julgue os itens de 21 a 30.

- 21 De acordo com os dados apresentados no texto, cerca de 1,3% dos municípios brasileiros é responsável por metade dos bens e serviços produzidos pelo país.
- 22 Infere-se do texto que as cidades que apresentam os maiores índices de PIB são as mesmas que, sozinhas, concentram a maior parte da população brasileira.
- 23 A industrialização, tal como mencionado no texto, amplia consideravelmente o potencial econômico dos municípios, entre outras razões, por se tratar de uma atividade que, além de seu próprio peso, agrega inúmeros outros serviços em torno de si.
- 24 Consultorias, instituições financeiras, empresas de segurança e fornecedores de maneira geral são exemplos expressivos e conhecidos de atividades econômicas que costumam fixar-se em áreas onde as fábricas se instalam.
- 25 A partir das informações contidas no texto, é correto afirmar que Manaus, localizada praticamente no coração da floresta amazônica, certamente tem um PIB bastante inferior aos dos centros urbanos industrializados do Centro-Sul do país.
- 26 A ‘desconcentração concentrada’ a que se refere o texto demonstra que a assimetria continua marcando a trajetória do Brasil. As cidades do interior que ingressaram no grupo das mais ricas, citadas no texto, estão localizadas no Sudeste do país, a reiterar as diferenças com outras regiões, como o Norte e o Nordeste.
- 27 Entre as conclusões possíveis que a leitura do texto propicia, uma salta aos olhos: em face da dimensão continental do país, quanto maior o número de municípios existentes no Brasil, maiores as possibilidades de se obter um desenvolvimento equânime, racional e nacionalmente bem distribuído.
- 28 Tendo um baixo índice de urbanização, com uma população majoritariamente rural, o Brasil ainda deverá levar anos para ter a solidez industrial que lhe permita situar-se entre as vinte economias mais poderosas do planeta.
- 29 De maneira geral, a frágil estrutura ferroviária e o sofrível estado de conservação das rodovias brasileiras são considerados entraves ao maior dinamismo da economia nacional, pois dificultam o transporte e majoram o preço final das mercadorias.
- 30 Integralmente construída e em plena operação, a Ferrovia Norte-Sul já desempenha o papel que dela se esperava: aproximar áreas produtoras e consumidoras do país e permitir o escoamento da produção brasileira, sobretudo a de grãos, pelos portos do Centro-Oeste, mais modernos e com menor custo operacional.

Considere a proposição: Se meu cliente fosse culpado, então a arma do crime estaria no carro. Simbolizando por P o trecho meu cliente fosse culpado e simbolizando por Q o trecho a arma estaria no carro, obtém-se uma proposição implicativa, ou simplesmente uma implicação, que é lida: Se P então Q, e simbolizada por $P \rightarrow Q$. Uma tautologia é uma proposição que é sempre V (verdadeira). Uma proposição que tenha a forma $P \rightarrow Q$ é V sempre que P for F (falsa) e sempre que P e Q forem V. Com base nessas informações e na simbolização sugerida, julgue os itens subseqüentes.

- 31 A proposição “Se meu cliente fosse culpado, então a arma do crime estaria no carro. Portanto, se a arma do crime não estava no carro, então meu cliente não é culpado.” é uma tautologia.
- 32 A proposição “Se meu cliente fosse culpado, então a arma do crime estaria no carro. Portanto, ou meu cliente não é culpado ou a arma do crime estaria no carro.” não é uma tautologia.



O diagrama apresentado acima é percorrido de cima para baixo, seguindo-se as setas. As instruções escritas nos retângulos são atribuições, ou seja, o valor calculado na expressão à direita é atribuído à variável da esquerda do símbolo $:=$. A instrução escrita no losango é uma condição para se prosseguir na direção da seta V (verdadeiro) ou da seta F (falso). Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 33 Se $X = 1$, então o valor de Z será igual a 3.
- 34 Se $X = \sqrt{5}$, então $Z = 6\sqrt{5}$.

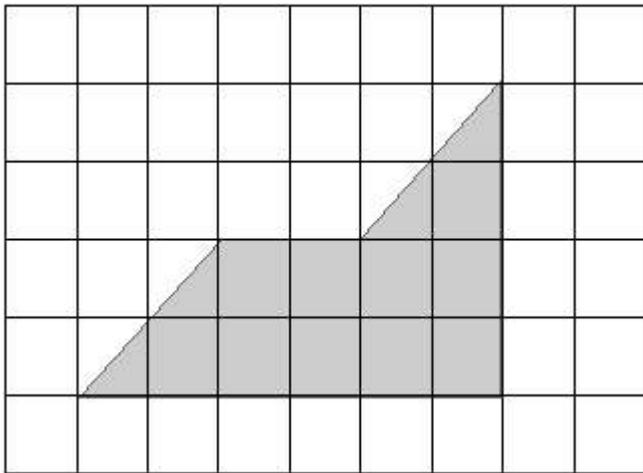
Julgue os itens que se seguem.

- 35 O número de cadeias binárias (que só contêm 0 e 1) de 8 dígitos, e que tenham exatamente 3 zeros, é superior a 50.
- 36 Considere que o gerente de um laboratório de computação vai cadastrar os usuários com senhas de 6 caracteres formadas pelas letras U, V e W e os números 5, 6 e 7. É permitida uma única duplicidade de caractere, se o usuário desejar, caso contrário, todos os caracteres têm de ser distintos. Nessa situação, o número máximo de senhas que o gerente consegue cadastrar é 2.880.

Uma moeda é jogada para o alto 10 vezes. Em cada jogada, pode ocorrer 1 (cara) ou 0 (coroa) e as ocorrências são registradas em uma seqüência de dez dígitos, como, por exemplo, 0110011010. Considerando essas informações, julgue os próximos itens.

- 37 O número de seqüências nas quais é obtida pelo menos uma cara é inferior a 512.
- 38 A probabilidade de serem obtidas seqüências nas quais ocorra coroa nas primeiras 3 jogadas é inferior a $\frac{1}{4}$.

RASCUNHO



Considere que a malha quadriculada acima é formada de células quadradas de lados medindo 0,5 cm. O desenho hachurado corresponde ao projeto de uma bancada de alvenaria, na proporção de 1 cm para 80 cm no modelo original. Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

- 39 O perímetro da bancada é superior a 7 m.
 40 A área da superfície da bancada é superior a 2 m².

Uma vez que o comportamento real dos seres humanos é afetado por considerações éticas, e influenciar a conduta humana é um aspecto central da ética, deve-se admitir que as concepções de bem-estar têm algum impacto sobre o comportamento real e, em consequência, devem ser importantes para a ética da logística moderna.

Amartya Sen. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Schwarcz Ltda., 2002 (com adaptações).

Tendo o texto acima por referência inicial e considerando a ética no serviço público, julgue os itens que se seguem.

- 41 O exercício de cargo público deve ser pautado na verdade dos fatos. O servidor público não deve omitir a verdade, a menos que ela seja contrária a interesses da administração pública.
 42 O trabalho executado por servidor público junto à comunidade é entendido como parte integrante de seu próprio bem-estar, visto que, como cidadão, o servidor que apresenta conduta ética terá o êxito do seu trabalho convertido em bem-estar da sociedade da qual faz parte.
 43 A função pública é considerada exercício profissional. Portanto, a vida particular do servidor público e os atos observados em sua conduta do dia-a-dia não devem ser objetos de avaliação do conceito de sua vida funcional.

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética acerca do trabalho em equipe e do comportamento profissional, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 44 Ênio, gestor de qualidade de uma organização pública, tem empatia com seus colaboradores no trabalho. Nessa situação, Ênio é capaz de escutar ativamente, reconhecer as opiniões e influenciar o comportamento de seus colaboradores.
 45 Bruno, administrador público, interage com os demais colaboradores de seu setor basicamente para compartilhar informações e tomar decisões que ajudem cada pessoa no seu desempenho funcional, no campo definido como de responsabilidade individual. Nessa situação, essa coletividade funcional com a qual Bruno interage é denominada equipe de trabalho.

- 46 Cleide, servidora pública, é lotada há 3 anos no mesmo setor e tem atitude favorável em relação ao seu trabalho. Nessa situação, é correto afirmar que a atitude de Cleide é resultado do julgamento positivo de seu trabalho com relação aos componentes cognitivo, afetivo e comportamental.
 47 Vítor, diretor administrativo de uma empresa pública, tem 3 gerências sob seu comando direto. Vítor adota uma conduta de congruência entre seus objetivos e os dos gerentes, exercendo uma influência descendente sobre eles. Vítor incentiva seus gerentes a ter relação de independência em relação às decisões setoriais. Nessa situação, a conduta de Vítor, perante os gerentes, caracteriza uma relação de poder.
 48 Alexandre, gerente de atendimento de um órgão do Poder Judiciário, pauta sua gestão nos princípios de confiabilidade e fidedignidade da informação, atenção e cortesia nas relações interpessoais, discrição e objetividade no tratamento das necessidades dos clientes e rapidez no atendimento. Nessa situação, é correto afirmar que os princípios que norteiam a conduta de Alexandre, como gestor, conferem eficiência e eficácia no atendimento ao público.
 49 Pedro, analista judiciário de um tribunal do trabalho, está em exercício há 5 anos. Recentemente, Pedro foi convidado a assumir a gerência de seu setor devido a sua competência técnica e interpessoal. Em situações de conflito, Pedro busca identificar o problema e resolvê-lo por meio de discussão aberta, evitando o enfrentamento dos envolvidos, minimizando as diferenças entre as partes conflitantes, enfatizando os interesses comuns e propondo, quando necessário, a participação em treinamento de relações humanas. Nessa situação, é correto afirmar que Pedro é habilidoso na administração de conflitos interpessoais.
 50 Ricardo, servidor público, tem entre suas atribuições a responsabilidade de fazer contatos internos e externos, ascendentes e descendentes. Nas comunicações ascendentes, Ricardo utiliza a filtragem de informações. Nessa situação, é correto afirmar que, fazendo uso dessa barreira à comunicação, Ricardo está praticando um recurso de redução de tensão ou de ansiedade para o receptor.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A doutrina brasileira classifica as formas administrativas para o uso especial de bem público por particulares em: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão de uso como direito real solúvel, comodato, locação e enfiteuse. Acerca dessas formas de uso, julgue os itens a seguir.

- 51 Cessão de uso é a transferência, a título oneroso, da posse de um bem público, de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado.
- 52 Permissão de uso é definida como o ato negocial unilateral, discricionário e precário, por meio do qual a administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público.
- 53 A enfiteuse, também conhecida como aforamento, é o instituto civil que permite ao proprietário atribuir a outrem o domínio útil de imóvel, pagando o enfiteuta ao senhorio direto uma pensão ou foro, anual, certo e invariável.

A Lei n.º 8.666/1993 — Lei de Licitações e Contratos Administrativos — estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios. Subordinam-se ao regime dessa lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos estados, pelo DF e pelos municípios. A respeito das disposições contidas na referida lei, julgue os itens subseqüentes.

- 54 O regime jurídico dos contratos administrativos, instituído pela referida lei, confere à administração a prerrogativa de modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado e excetuadas as cláusulas econômico-financeiras e monetárias, que não poderão ser alteradas pela administração pública sem prévia concordância do contratado.
- 55 A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, exonerando a administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que a nulidade for declarada.
- 56 A doutrina pátria reconhece as cláusulas exorbitantes de um contrato administrativo como sendo as cláusulas que contêm privilégios da administração pública em relação ao particular.
- 57 A administração pública pode dispensar a licitação na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

58 Em processo licitatório, em igualdade de condições, se houver empate nas propostas, em todos os aspectos, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional, produzidos ou prestados no estado onde a licitação se processa, produzidos ou prestados no município onde a licitação se processa.

59 A tomada de preço é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Determinada universidade federal, instituída como fundação federal, de direito público, subordina-se ao regime da Lei n.º 8.666/1993. Por ocasião de fortes chuvas no estado em que se localiza a referida universidade, ocorreu a queda de parte de um de seus prédios, onde funciona a Escola de Medicina. A administração da universidade orçou os gastos para a recuperação do prédio em R\$ 250 mil. As aulas da universidade foram suspensas para os alunos de medicina até a solução do problema.

Com referência à situação hipotética acima e à Lei n.º 8.666/1993, julgue os seguintes itens.

- 60 A administração da universidade poderá contratar uma empresa de engenharia para executar a obra de recuperação do prédio danificado pelas chuvas mediante processo licitatório na modalidade de tomada de preços, tendo em vista o valor da obra.
- 61 A referida universidade poderá dispensar a licitação, tendo em vista a urgência de atendimento da situação, pois a não recuperação imediata do prédio poderá ocasionar prejuízo à comunidade acadêmica.
- 62 Quando há inviabilidade de competição entre fornecedores ou prestadores de serviços, a licitação passa a ser inexigível.

Julgue o próximo item, sabendo que o Instituto Brasileiro de Proteção à Criança (IBPC) e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) são entidades de direito público, com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, sendo a primeira autarquia federal e a segunda, fundação federal.

63 Considere que as duas entidades mencionadas tenham resolvido firmar um acordo para a construção de um edifício na cidade de Teresina – PI, onde se abrigará a representação estadual das duas entidades. A FUNASA dispõe de um terreno próprio e o IBPC dispõe de recursos orçamentários e financeiros para a execução da obra. Nessa situação, é correto afirmar que o instrumento jurídico mais adequado para a realização do acordo entre a FUNASA e o IBPC é o convênio, pois as partes têm interesses recíprocos e comuns.

A respeito da organização dos poderes, prevista na Constituição da República, julgue os itens que se seguem.

- 64 Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o presidente e o vice-presidente da República e os ministros de Estado.
- 65 Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o presidente e o vice-presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- 66 São de iniciativa privativa do presidente da República as leis que disponham sobre a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como as normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos estados, do DF e dos territórios.
- 67 O presidente da República pode adotar medida provisória, com força de lei, em caso de relevância e urgência, inclusive sobre matérias relativas a aumento salarial de servidor público, previdência social, nacionalidade, planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares.
- 68 Terão início no Senado Federal, por ser considerada a Câmara Alta, as discussões e votações dos projetos de lei de iniciativa do presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores.

Julgue os próximos itens, acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas previstas na Constituição Federal.

- 69 O estado de sítio é a medida utilizada pelo presidente da República, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa, para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades naturais de grandes proporções.
- 70 Na hipótese de o Brasil passar por comoção grave de repercussão em todo o território nacional ou de haver declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, o presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar estado de defesa.

Um estrangeiro, sem domicílio no Brasil, é casado com duas mulheres, prática admitida no país onde é domiciliado. Em 2004, ele passou férias com sua família no Brasil, ocasião em que uma de suas esposas teve um filho, que nasceu no Rio de Janeiro, em 18/2/2004. No período em que esteve no Brasil, ele comprou dois terrenos, um em Angra dos Reis – RJ e outro em Porto Seguro – BA. Antes de retornar ao país de origem, no dia 2 de março, vendeu o terreno em Porto Seguro. Em outubro de 2004, o referido estrangeiro faleceu.

Com relação ao caso hipotético acima e observando o que determina a Lei de Introdução ao Código Civil quanto à aplicação da lei no espaço, julgue os itens que se seguem.

- 71 O casamento do estrangeiro mencionado com as duas mulheres não é reconhecido no Brasil, pois as regras sobre direito de família são determinadas pela lei brasileira em relação às pessoas que se encontrem no Brasil, ainda que estas não tenham domicílio no Brasil.
- 72 A sucessão do terreno de Angra dos Reis é regulamentada pela lei do país de domicílio do estrangeiro morto. Porém, como este tem um filho que nasceu no Brasil, caso a lei brasileira seja mais benéfica ao herdeiro brasileiro, esta deverá ser aplicada em benefício do herdeiro brasileiro.

Juvenal, com 17 anos de idade, assinou um contrato com Petrônio, em que se declarou maior de idade. Petrônio não tinha conhecimento da verdadeira idade de Juvenal, que não é emancipado e não foi assistido no ato, que exige a capacidade civil plena.

Com relação à situação hipotética apresentada, julgue os itens que se sucedem.

- 73 Como Juvenal possui 17 anos de idade e não foi assistido na prática do ato, o negócio jurídico é anulável.
- 74 Supondo que o negócio jurídico na hipótese apresentada seja anulável, os interessados possuem um prazo decadencial de quatro anos para alegar, contados do dia em que cessar a incapacidade.

Quanto às regras pertinentes a prescrição e decadência, julgue os próximos itens.

- 75 Considere que uma pessoa sofreu dano material em 10/2/1992. Nesse caso, é correto afirmar que já prescreveu o direito de ação para uma possível reparação civil, uma vez que o Código Civil publicado em 10/1/2002 determinou o prazo de três anos para a prescrição da pretensão de reparação civil, e o prazo de 20 anos que existia no Código Civil de 1916 em relação aos direitos pessoais não é aplicável à hipótese apresentada.
- 76 Há a interrupção da prescrição quando corre contra os que se encontram ausentes do país em serviço público da União.
- 77 A decadência convencional pode ser alegada pela parte a quem aproveita em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir, de ofício, a alegação.

Acerca das obrigações alternativas, julgue o item seguinte.

- 78 Considere que, em uma obrigação alternativa, não ficou estipulado a quem pertence o direito de escolha, e todas as prestações se tornaram inexequíveis por culpa do devedor. Nessa situação, conforme determina o direito das obrigações, o devedor terá de pagar o valor do bem que por último se impossibilitou, e mais as perdas e os danos que o caso determinar.

Quanto ao inadimplemento das obrigações, julgue os itens que seguem.

- 79 O devedor em mora responde pelos prejuízos decorrentes da impossibilidade da prestação, ainda que resulte de caso fortuito ou força maior, salvo se provar a isenção de culpa, ou que o dano ocorreria ainda que a obrigação fosse oportunamente desempenhada.
- 80 Se os juros moratórios não forem convencionados no negócio jurídico, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para o pagamento da mora de impostos devidos à Fazenda Nacional. Atualmente, essa taxa é a SELIC.

No referente aos contratos, julgue os itens a seguir.

- 81 A liberdade contratual está limitada ao fim social do contrato.
- 82 A empreitada ou prestação de serviços é uma modalidade contratual que compreende toda atividade lícita de serviço especializado, realizado com liberdade técnica, sem subordinação e mediante remuneração.
- 83 O fiador, ainda que solidário, ficará desobrigado, se o credor aceitar amigavelmente do devedor um objeto diverso do que lhe era devido, ainda que depois venha a perdê-lo por evicção.

Considere que, em juízo de admissibilidade em um tribunal de origem, um recurso especial seja denegado. Considere também que, inconformada, a parte agrave da decisão. Quanto às regras referentes ao agravo de instrumento, julgue os itens subsequentes.

- 84 Supondo que tenha sido negado o seguimento do agravo de instrumento, cabe agravo de instrumento contra esta decisão, uma vez que não cabe juízo de admissibilidade na origem quanto ao agravo de instrumento.
- 85 O agravo de instrumento é cabível tanto na admissão parcial como na denegação do recurso especial.

Túlio é divorciado de Maria desde 2001. A partir do divórcio, ele passou a morar com o seu filho mais velho. Túlio reside habitualmente em dois imóveis que estão em seu nome: em uma casa em Petrópolis – RJ, que vale aproximadamente R\$ 150.000,00, e em um apartamento no Rio de Janeiro, que vale R\$ 200.000,00. Do casamento com Maria, ele tem um outro filho de 13 anos de idade, que mora com Maria. Ocorre que Túlio não paga IPTU do apartamento do Rio de Janeiro há quatro anos. Em decorrência do inadimplemento do referido imposto, o município do Rio de Janeiro pretende executar o imóvel de Túlio. Túlio, por sua vez, alega que o referido imóvel é um bem de família e, portanto, não responde por suas dívidas de IPTU.

Com relação à situação hipotética apresentada e às determinações da Lei n.º 8.009/1990, julgue os itens que seguem.

- 86 Neste caso, o bem de família de Túlio é a casa em Petrópolis e não o apartamento no Rio de Janeiro.
- 87 Os bens móveis que guarnecem o bem de família de Túlio não constituem bem de família.
- 88 Supondo que o apartamento seja considerado como bem de família, ainda assim poderá responder pela cobrança dos impostos devidos em função do imóvel familiar.

Quanto às provas no processo civil, julgue os itens seguintes.

- 89 A testemunha não é obrigada a depor sobre fatos que acarretem graves danos ao seu cônjuge e aos parentes consanguíneos e afins em linha reta ou colateral até quarto grau.
- 90 É lícito ao juiz indeferir a inquirição de testemunha acerca de um fato que só por documento pode ser provado.

Em cada um dos seguintes itens, é apresentada uma situação hipotética acerca das normas gerais de tutela do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 91 Paula foi contratada como supervisora de vendas por uma indústria de bebidas, tendo por atribuição principal acompanhar o trabalho executado pelos vendedores junto aos diversos clientes da empresa. Consta nos registros funcionais pertinentes que ela exerce atividades preponderantemente externas, sem sujeição a horário ou a qualquer tipo de controle. Nessa situação, confirmada a impossibilidade de controle de sua jornada, Paula não tem direito à percepção de horas extras.
- 92 João prestava serviços a uma grande fábrica de calçados como montador, cumprindo a carga de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais, de segunda-feira a sábado. Por proposta de seu empregador, sua carga passou a ser cumprida em regime de prorrogação e compensação, no montante de 10 horas diárias entre segunda e quinta-feira, acrescidas de 8 horas às sextas-feiras. Nesse novo regime, dispunha de 1 hora diária para refeição e descanso, percebendo 4 horas extras semanais. Nessa situação, o regime ajustado não se mostrou correto, pois deveriam ser consideradas extras também as horas excedentes à oitava hora da carga diária.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca do direito às férias, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 93 Quando contava 10 meses de trabalho, Jonas foi informado acerca da existência de doença em pessoa da família, residente em cidade distante, razão pela qual requereu a concessão de férias proporcionais a seu empregador. Nessa situação, considerando a causa motivadora do requerimento de Jonas, estará o empregador obrigado à concessão das férias requeridas.
- 94 Duas semanas antes de iniciar o gozo de suas férias, Aroldo foi flagrado cometendo assédio sexual contra uma de suas colegas de trabalho. Nessa situação, dispensado por justa causa, Aroldo perderá o direito às férias que estava na iminência de fruir.
- 95 Manoel prestou serviços durante seis anos e seis meses a uma determinada empresa. Por ocasião da homologação de sua rescisão contratual pelo sindicato, observou que não havia gozado as férias relativas aos dois primeiros anos trabalhados. A empresa não concordou em quitar o débito, sob o fundamento de que estava consumada a prescrição. Diante disso, Manoel ajuizou ação trabalhista logo na semana seguinte, cobrando o pagamento das referidas férias. Nessa situação, houve equívoco da empresa, pois não estava consumada a prescrição.

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética acerca dos adicionais de insalubridade e periculosidade, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 96 Prestando serviços em uma fábrica de fogos de artifício, na função de técnico em explosivos, Josué percebia seu salário acrescido do adicional de periculosidade por mais de 15 anos. Em razão de inovações introduzidas no processo de produção, a empresa suprimiu do salário o adicional indicado. Nessa situação, ainda que extinto o risco na atividade desenvolvida, a atitude patronal foi equivocada e ilegal, por ofender o princípio da estabilidade econômica do trabalhador.
- 97 Contratada como agente de limpeza pública, Márcia foi designada para trabalhar em estação de tratamento de lixo urbano. Diante das condições de trabalho a que era submetida, Márcia propôs ação na justiça do trabalho buscando receber o adicional de insalubridade. Nessa situação, caso a perícia técnica confirme a existência de labor em condição de agressão à saúde, Márcia fará jus à percepção do adicional correspondente calculado com base no salário mínimo em vigor.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética acerca das regras legais que protegem o trabalho do menor e da mulher, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 98 Com o propósito de ajudar a família de um ex-empregado falecido, Mário, proprietário de uma loja de conveniências instalada em um posto de gasolina, resolveu contratar Lucas, de 14 anos de idade, filho do falecido, para laborar como atendente, no horário de 20 às 2 horas, durante cinco dias na semana. Nessa situação, por ser nulo o contrato firmado, Lucas não fará jus à percepção do adicional noturno devido.
- 99 Consultando o jornal de sua cidade, Elaine verificou a existência de oferta de emprego para a função de recepcionista em uma empresa organizadora de festas, congressos e demais eventos. Observou também que havia restrição de acesso às mulheres casadas, em razão das constantes viagens que as recepcionistas deveriam realizar. Seis meses após conseguir o emprego, Elaine e seu namorado casaram-se, fato que acabou conduzindo à rescisão justificada do contrato de trabalho. Nessa situação, diante da previsão contratual contrária ao matrimônio, a atitude da empresa foi correta, inexistindo qualquer direito rescisório a ser pago a Elaine.

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética relativa ao contrato individual de trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 100 Por sugestão de amigos, Márcio aderiu a uma determinada cooperativa de mão-de-obra, destinada à prestação de serviços na área de informática. Prestou serviços diários durante três anos, de forma pessoal e subordinada, recebendo pagamentos mensais em valores fixos. Nessa situação, a despeito da formalização de vínculo de natureza cooperativa, deve ser reconhecida a existência de autêntica relação de emprego.

- 101 Durante o período de férias escolares, José e dois amigos resolveram montar um pequeno bar em uma praia. Alugaram um imóvel e contrataram cinco trabalhadores por prazo determinado, para as funções de cozinheiro, copeiro e garçom. Findas as férias, José e seus sócios resolveram encerrar as atividades, dispensando os trabalhadores sem pagar o aviso prévio e a indenização de 40% do FGTS. Insatisfeitos, os trabalhadores propuseram ações na justiça do trabalho. Nessa situação, os trabalhadores não terão direito aos benefícios postulados, pois são plenamente válidos os contratos temporários celebrados.

- 102 Em razão de dificuldades financeiras expressivas, uma grande companhia aérea celebrou com o sindicato profissional acordo coletivo de trabalho, dispondo que os salários de seus empregados seriam reduzidos em 25%, durante seis meses, período em que não haveria a dispensa de qualquer empregado. Paulo, empregado da referida empresa, considerou ilícita a alteração de seu contrato de trabalho, pois não era filiado ao sindicato. Nessa situação, o procedimento adotado pela empresa é ilegal, por traduzir, no caso de Paulo, alteração contratual ilícita.

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética acerca da organização sindical, da negociação coletiva e do direito de greve, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 103 Depois de vários anos sem sucesso nas negociações coletivas, os trabalhadores vinculados ao comércio varejista de determinado município resolveram criar o sindicato profissional, a partir do desmembramento do sindicato ao qual estavam vinculados, cuja área de representação alcançava cinco municípios. Nessa situação, por aplicação do princípio da unicidade sindical, a pretensão dos trabalhadores não deve receber a chancela do Ministério do Trabalho e Emprego.
- 104 Em determinada convenção coletiva de trabalho, ajustaram as partes convenientes a criação de comissões de conciliação prévia, com composição paritária, responsáveis pela mediação dos conflitos individuais surgidos no âmbito das categorias envolvidas. Nessa situação, a convenção coletiva deve prever, necessariamente, a estabilidade no emprego dos representantes dos trabalhadores, integrantes das referidas comissões, durante o prazo em que estiverem investidos e ainda por dois anos após o término dos mandatos.
- 105 Diante dos baixos níveis remuneratórios praticados pelos bancos, os empregados vinculados a esse segmento empresarial resolveram paralisar as suas atividades, por tempo indeterminado, buscando a implementação de padrões salariais mais dignos. Nessa situação, é correto afirmar que o insucesso das negociações coletivas pode levar qualquer dos representantes das categorias, isoladamente, ao ajuizamento de dissídio coletivo perante a justiça do trabalho, que deverá arbitrar, compulsoriamente, o mérito do conflito.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética referente a acidente de trabalho e situações a ele equiparadas, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 106 Dois vigilantes prestavam serviços noturnos em um mesmo posto de trabalho, sendo responsáveis pela segurança do estacionamento de um grande supermercado. Em determinada ocasião, por motivos religiosos, tiveram uma séria discussão, que se iniciou com agressões verbais e que culminou com um deles sendo baleado, com sério risco de morte. Nessa situação, embora o dano sofrido não tenha sido resultado da execução do contrato de trabalho, o trabalhador baleado fará jus ao benefício previdenciário previsto para a hipótese de acidente do trabalho.
- 107 Durante o mês de janeiro do ano em curso, a sede de determinada empresa foi alagada por fortes chuvas que se abateram sobre a cidade de São Paulo. Em razão desse fato, algumas das paredes daquele imóvel desabaram sobre alguns empregados, causando-lhes danos físicos significativos. Nessa situação, o infortúnio sofrido pelos trabalhadores será equiparado, para todos os efeitos, ao acidente do trabalho.
- 108 Como gerente de uma grande empresa de comercialização de automóveis, Raul foi transferido de Salvador – BA para a cidade de Manaus – AM, para coordenar os trabalhos da filial existente nessa localidade. Em razão de um surto de malária na região amazônica, Raul acabou contaminado, sendo obrigado a afastar-se do trabalho por 30 dias. Nessa situação, a moléstia adquirida por Raul caracteriza-se como acidente do trabalho, para todos os fins legais.

Com relação aos princípios gerais que informam o processo trabalhista, julgue os itens seguintes.

- 109 O princípio da isonomia impõe ao magistrado o dever de assegurar aos litigantes idêntico tratamento, durante a instrução do processo.
- 110 Como expressão do postulado ético-jurídico da motivação das decisões, o juiz do trabalho está obrigado a expor, no julgamento, as razões determinantes para a formação de seu convencimento.

Em cada um dos itens que se sucedem, é apresentada uma situação hipotética relativa à competência da justiça do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 111 Embora contratado na cidade de São Luís – MA, Saulo prestou serviços como empregado na cidade de Carolina – MA. Rescindido o contrato por iniciativa do empregador, Saulo ajuizou ação trabalhista na cidade de Carolina – MA, buscando receber as verbas rescisórias. Devidamente citada, a empresa compareceu ao juízo e excepcionou a competência territorial do foro. Nessa situação, a exceção deverá ser rejeitada, pois o juízo trabalhista de Carolina – MA é competente para instruir e julgar o conflito.
- 112 Na condição de empregado, Artur foi contratado para executar pessoalmente, sem o auxílio de terceiros, a construção de uma churrasqueira na casa de Flávio. Concluído o serviço, Flávio alegou a existência de erros na obra edificada, recusando-se a pagar o valor contratado. Nessa situação, a competência para instruir e julgar o conflito pertence à justiça do trabalho.

Em cada um dos itens em seguida, é apresentada uma situação hipotética acerca da substituição e representação processual na justiça do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 113 Os empregados de uma construtora, responsável pela execução de grandes obras no estado do Tocantins, prestavam serviços em graves condições de agressão à saúde. Submetiam-se àquelas condições em razão da necessidade de preservação dos empregos, fato que acabou chegando ao conhecimento do sindicato. Nessa situação, em razão da natureza da infração cometida, o sindicato está autorizado a promover a defesa judicial do direito dos trabalhadores, na condição de substituto processual.
- 114 Após celebrado acordo coletivo de trabalho, prevendo a concessão de reajuste salarial aos empregados de determinada empresa, o sindicato profissional verificou que a empresa signatária não vinha honrando o pactuado. Nessa situação, como representante processual dos trabalhadores lesados, o sindicato está autorizado a ajuizar ação de cumprimento na justiça do trabalho.

Julgue os próximos itens, relativos ao processo judiciário do trabalho.

- 115 Embora o processo do trabalho seja instruído sob o princípio da informalidade, a petição inicial da reclamação trabalhista há de ser elaborada, necessariamente, de forma escrita, com estrita observância dos demais requisitos legais.
- 116 No rito ordinário trabalhista, o comparecimento das partes à audiência é obrigatório, independentemente do comparecimento de seus representantes. Nesse sentido, a ausência do reclamante conduzirá necessariamente ao arquivamento do feito, independentemente da fase processual em que se encontre.
- 117 Nas ações vinculadas ao rito sumaríssimo, os pedidos devem ser certos e determinados, facultada ao autor a respectiva liquidação como forma de facilitar a tentativa de conciliação.

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética acerca dos recursos na justiça do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 118 Proferida a sentença em ação incidental de embargos de terceiro, a parte sucumbente interpôs recurso ordinário ao tribunal regional. Nessa situação, por aplicação do princípio da fungibilidade, o equívoco havido não impede o conhecimento do recurso, desde que atendidos os demais pressupostos recursais.
- 119 Ao receber o recurso após regular distribuição, o juiz relator observou que a matéria debatida era objeto de pacificação jurisprudencial, inclusive figurando em súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Por isso, proferiu de imediato decisão monocrática, negando seguimento ao recurso. Nessa situação, contra a decisão a parte sucumbente pode apresentar o recurso de agravo de instrumento, no prazo de oito dias.
- 120 Apreciando mandado de segurança impetrado contra ato praticado por um dos juízes do trabalho de São Luís – MA, o tribunal regional concedeu a ordem pretendida, tornando ineficaz o ato judicial combatido. Nessa situação, será cabível a interposição de recurso ordinário ao TST, no prazo de oito dias.

